



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Marcos
Pollon

COMISSÃO RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO Nº, DE 2024

(Do Sr. Marcos Pollon)

Requer a convocação do Excelentíssimo Ministro de Estado das Relações Exteriores, **Embaixador Mauro Vieira**, para prestar esclarecimentos sobre a inércia e falta de posicionamento do Brasil frente a situação ditatorial vivida pela Venezuela, e ainda posicionamento sobre a “suspeita” de fraude eleitoral naquele país.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. EX^a. com fundamento no Art. 50, da Constituição Federal, e na forma dos Art. 117, II e 219 do Regimento Interno a Câmara dos Deputados, a convocação do Excelentíssimo Ministro de Estado das Relações Exteriores, **Embaixador Mauro Vieira**, para prestar esclarecimentos sobre a inércia e falta de posicionamento do Brasil frente a situação ditatorial vivida pela Venezuela, e ainda posicionamento sobre a “suspeita” de fraude eleitoral.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

JUSTIFICAÇÃO

No exercício do meu mandato parlamentar Deputado Federal, amparado pelo dever constitucional de fiscalizar os atos do Poder Executivo, como representante do povo, este Deputado tem duas atribuições principais, estabelecidas na Constituição: legislar e fiscalizar.

A Constituição de 1988 estabeleceu um marco pioneiro ao integrar os direitos humanos como um princípio central de sua política externa, refletindo o comprometimento do Brasil com a proteção internacional desses direitos. Este princípio não só evidencia o progresso do Brasil para uma democracia robusta, mas também posiciona o país como um defensor dos direitos humanos no palco mundial, fortalecendo sua moral e legitimidade internacionais.

Em apertado resumo sobre as eleições na Venezuela, país que faz fronteira com o Brasil, foram realizadas no domingo, dia 28 de agosto passado, para o cargo de Presidente. O processo eleitoral foi eivado de dúvidas, impugnações e distorções causadas pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE) órgão eleitoral daquele país, semelhante ao nosso Tribunal Superior Eleitoral.

O CNE é órgão composto por cinco membros, e a forma como esses integrantes eram e são distribuídos sempre foi objeto de disputa política. Com maior ou menor influência ao longo do tempo, o chavismo nunca deixou de ter maioria entre os membros que chancelam as regras eleitorais na Venezuela.

Por mais de uma década, o regime autocrático de Maduro tem controle sobre os principais órgãos do governo, inclusive o Conselho Nacional Eleitoral da Venezuela (CNE), que administra e organiza as eleições no país.

Para entender quem é quem no CNE venezuelano, é preciso voltar pouco no tempo. Mais precisamente, para abril de 2023, quando Tibisay Lucena, que chefiou o órgão por mais de 15 anos, faleceu. Com o país castigado por mais um capítulo da crise política, ficou a cargo deste órgão todas as decisões eleitorais,





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

inclusive cassar candidaturas de oposição, como foi o caso da principal opositora ao regime de Maduro, Maria Corina Machado.

Não obstante a todas as suspeitas de fraude eleitoral, inclusive no processo eleitoral, aquele governo não publicou as atas da eleição para a verificação dos resultados.

Mais o cerne de toda essa questão é a falta de posicionamento do Brasil frente ao conturbado processo eleitoral que resultou na manutenção de um governo em que a democracia é aviltada diariamente. Ter eleições não é sinônimo de democracia, somente eleições livres podem garantir o processo de democratização de um país.

Desta forma temos que a Venezuela após o golpe militar perpetrado por Hugo Chavez, vive uma ditadura nos moldes mais cruéis havidos no mundo, torturas, prisões arbitrárias, falta de liberdade de manifestação e de imprensa são atitudes usuais do governo venezuelano desde o citado golpe.

O Brasil inerte a todo este processo, cala diante de todas as injustificáveis confusões criadas pelo processo eleitoral daquele país, sendo conivente com todas as injustiças e falta de liberdade lá existentes.

Diversos países já se posicionaram a respeito da situação da Venezuela, Estados Unidos, Argentina, Chile, El Salvador, Equador, Paraguai, Uruguai, Peru, Republica Dominicana, União Europeia e outros tantos que não reconhecem como legítimas as eleições realizadas.

O Brasil adotou uma postura de inercia, conivência, silente e total falta de reação ao processo ditatorial adotado pelo presidente daquele país, Nicolás Maduro.

Em sua Lei Maior, a Constituição Federal, o Brasil deve defender a democracia e rechaçar qualquer regime ditatorial seja em que parte do mundo for, mormente em um país com fronteira como nosso País.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

O Itamaraty afirmou em nota que o governo brasileiro aguarda "a publicação pelo Conselho Nacional Eleitoral de dados desagregados por mesa de votação, passo indispensável para a transparência, credibilidade e legitimidade do resultado do pleito".

Portanto é a presente convocação do Embaixador Mauro Vieira, a fim de tornar publico o posicionamento do Brasil frente às fraudes eleitorais e principalmente em virtude da ditadura cruel instalada por Nicolás Maduro.

Não há como relativizar princípios democráticos e de defesa das liberdades individuais, de manifestação e de imprensa, o Brasil é uma Nação soberana e que deve ter seu posicionamento claro em defesa das liberdades democráticas.

Certos da compreensão e do compromisso desta Casa com o interesse público, solicitamos o apoio e aprovação do presente Requerimento, aos nobres colegas, para que possamos avançar na busca por respostas e soluções que garantam uma atuação firme, porém justa e respeitosa.

Sala das Comissões, 05 de agosto de 2024.

Marcos Pollon

PL/MS

